



Revista de História (São Paulo)

ISSN: 0034-8309

Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas, Departamento de História

Howes, Guilherme

CLASSE TRABALHADORA: A ÚLTIMA THULE MARXIANA

Revista de História (São Paulo), núm. 179, r01719, 2020

Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas, Departamento de História

DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2020.164141>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=285068996054>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto



RESENHA

CLASSE TRABALHADORA: A ÚLTIMA THULE MARXIANA

 Guilherme Howes Neto¹

Universidade Federal do Pampa
Santana do Livramento – Rio Grande do Sul – Brasil

Resenha do livro: MATTOS, Marcelo Badaró. *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

Marx não dedicou um escrito exclusivo sobre classes sociais. Sobre o tema tratado explicitamente, restou apenas um fragmento de um texto inacabado. Já no Livro I de *O Capital* o termo “classe operária” aparece dezenas de vezes, porém sem uma conceituação precisa que a defina. Contudo, a despeito de apenas referir-se a elas de forma marginal ou indireta (por vezes proletariado, movimento operário, produtores), por certo constituem um fio condutor que atravessa toda sua obra. Mais que isso, possivelmente, e de forma contraditória, constituam-se de sua categoria mesma de maior alcance, sua “*ultima thule*”² (MARX, 2011, p. 306–307) um precepto heurísti-

¹ Graduado em Ciências Sociais/bacharelado e em Sociologia/licenciatura. Mestre em Ciências Sociais, doutor em Educação. Professor de Teoria Social do Curso de Gestão Pública e no Programa de Pós-Graduação/mestrado da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Pesquisador do Kai-rós – Grupo de estudos e pesquisas em trabalho, educação e Políticas Públicas, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

² Expressão típica dos mapas medievais sinalizando o alcance do mundo conhecido foi utilizada por Marx no sentido de evidenciar o limite máximo alcançado por uma categoria analítica.

co capaz de transcender as bordas do mundo que ele próprio conheceu. É seguramente ancorado nessa percepção que o professor de História do Trabalho e Sindicalismo, Marcelo Badaró Mattos, da Universidade Federal Fluminense, nos entrega o texto *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*. Uma sofisticada análise que põe em tela a estrutura e a dinâmica da classe trabalhadora desde sua gênese até sua expressão contemporânea.

Logo na apresentação do livro, Badaró menciona que a “tese central” por ele defendida no texto “é a de que as grandes linhas de análise crítica do capitalismo desenvolvidas por Karl Marx e Friedrich Engels e sobretudo as categorias de análise ‘classes sociais’, ‘luta de classes’ e ‘classe trabalhadora’ permanecem pertinentes como caminho de compreensão do mundo em que vivemos” (BADARÓ, 2019, p. 10). Na sequência, divide o texto em quatro partes mais uma conclusão, seguida de uma extensa lista de referências e fontes para dados demográficos e estatísticos sobre o tema “trabalho”. A bibliografia ao final da obra cumpre não apenas uma função protocolar de referenciar as fontes como principalmente demonstra a sustentação profunda e minuciosa que o autor propõe às suas análises. Outro fator que vem ao encontro desse criterioso embasamento empírico e bibliográfico proposto por Badaró são as 355 notas de rodapé distribuídas entre as 160 páginas do livro.

A Primeira Parte, “Marx, o marxismo e a classe trabalhadora” é a mais longa pois fundamental à compreensão de suas partes ulteriores. É uma visada radical e sintética de “algumas das principais contribuições de Marx e Engels (e, de forma complementar, de autores marxistas do século XX) para o entendimento das classes sociais, da luta de classes e da classe trabalhadora em particular” (BADARÓ, 2019, p. 10). Tenciona remontar gênese social e histórica da classe trabalhadora ainda nas primeiras décadas da consolidação do capitalismo industrial no início do século XIX. Esse movimento histórico do proletariado foi decisivo na conformação teórico metodológica de Marx e Engels desde quando jovens, em margens opostas do Reno, como depois, durante as quatro décadas de colaboração e amizade. Desde o início dessa profícua produção conjunta, os dois jovens renanos ofereceram à categoria “classe” um trato “segundo as relações de produção capitalista que posicionam grandes coletivos humanos em situações distintas (e opostas) na sociedade capitalista” (BADARÓ, 2019, p. 25).

Ao abordar a questão da consciência de classe, Badaró começa lembrando que “Marx pensou [...] classe não apenas pela sua dimensão objetiva, mas também em função de sua subjetividade coletiva” (p. 43). A ação que transforma materialmente a realidade social das coletividades humanas combina-se com as circunstâncias históricas objetivas que as condicionam, assim

restam superados os materialismos mecânicos anteriores à intervenção marxiana, uma vez que ficam evidenciados os elementos subjetivos da atividade humana e coletivamente organizada. É importante também demarcar nesse ponto do texto a “distância entre a afirmação da determinação material em Marx e o determinismo econômico” (p. 45) a ele erroneamente atribuído. Em Marx, entende o autor, não prepondera a matéria sobre a consciência, mas os indivíduos vivos (suas atividades vitais e orgânicas) sobre as representações de suas próprias consciências.

Além de trabalhar com os textos originais do próprio Marx, Badaró percorre importantes autores que, na herança intelectual de Marx, tomaram as classes sociais como seu material de trabalho. E o faz a partindo de E.P. Thompson, mostrando que a “subsunção dos indivíduos singulares à divisão do trabalho” (p. 26) produz de forma contraditória e simultaneamente uma descoberta desses próprios sujeitos históricos como uma classe e, por conseguinte, sua consciência de classe. Depois, passa por Alex Callinicos, Ernest Mandel, Daniel Bensaïd, Raymond Williams, até chegar em Gramsci, a quem credita ser “um dos marxistas que mais fizeram avançar o debate sobre [as formas pelas quais] os grupos humanos tomam consciência dos conflitos” (BADARÓ, 2019, p. 46) aos quais estão submetidos. Opera, por fim, com Mészáros, ao discutir o conceito chave de “trabalho alienado” e mostrar como ele “foi fundamental para o programa marxiano [de] alcançar a unidade da teoria e da prática” (p. 48), unidade dialeticamente composta entre consciência social e realidade material.

Esta Primeira Parte encerra caminhando na direção de propor respostas a um dos problemas mais recorrentes da análise marxista desde os tempos de Marx e Engels que é a questão da heterogeneidade da classe trabalhadora marcada por “distintas experiências históricas de opressão e alienação, combinadas [a] outros, como o de gênero e raça” (BADARÓ, 2019, p. 58). Embora uma abordagem marxista tenha como pressuposto a compreensão da totalidade, ela não pode prescindir de uma análise que leve em conta a complexidade interna dessa totalidade. Nesse sentido, o autor insere no debate o conceito de “interseccionalidade” (p. 63). Dialoga com Kimberlé Crenshaw, Cinzia Arruzza e Lise Vogel. Aborda os padrões heteronormativos da sociedade, o patriarcado, o trabalho reprodutivo, as opressões de gênero interseccionando-os ao conceito de raça. Traz para o debate Abigail Bakan, mostrando como não podem ser abordados separadamente as questões da exploração, da opressão (racial de gênero). Situa a luta abolicionista estadunidense como o ventre do movimento feminista naquele país, ressaltando que embora a classe social seja o princípio analítico, ela se relaciona de maneira dialética e

interseccional com a raça (racismo) e o sexismo. O item se encerra numa remissão a Angela Davis ilustrando como a classe trabalhadora é diversa, heterogênea e historicamente constituída, razão mesma pela qual “continua a desafiar a capacidade de análise daqueles que se propõe a estudá-[la]” (p. 70).

A proposta a partir desse ponto do livro é apresentar a composição contemporânea da classe trabalhadora no Brasil e no mundo e pensá-la à luz dos elementos historicamente dados anteriormente. Por outros termos, essa Segunda Parte, “Trabalhadoras e trabalhadores nos dias de hoje”, intenta compreender a realidade material e presente por meio do materialismo histórico, uma síntese histórica e teórica da realidade concreta. O autor principia sua análise a partir do panorama mais global e sua primeira inferência é que vivemos em um cenário de “intensificação absurda do processo de proletarianização nos últimos anos” (BADARÓ, 2019, p. 73). Mesmo em países de desenvolvimento econômico avançado, com emprego expressivo do proletariado industrial, “a precariedade tendeu a crescer nos últimos anos” (p. 75). Trabalha com dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e demonstra que a parcela da “população [...] empregada, desempregada [...], o trabalho familiar e os estudantes” (BADARÓ, 2019, p. 73), ou resumidamente, aquilo que denominamos força de trabalho, tem crescido, e a esse crescimento se somaram desequilíbrios regionais que configuram evidentes abismos sociais, principalmente entre “as economias nacionais do hemisfério Norte, [...], e as do Sul Global, onde se encontram as menos desenvolvidas” (p. 74).

Algumas análises são pontuais: observa a situação na Alemanha, com sua condição histórica recente de pleno emprego, mas precarizado; nos Estados Unidos, de desindustrialização; na Índia, que viveu uma industrialização tardia, porém dependente e marcada pela informalidade; e a gigante economia chinesa, e seus baixos salários e inexpressiva representação sindical. Numa retomada de conjunto, Badaró propõe o sintético entendimento de que “se o mercado de trabalho, em sua dimensão mundial, é marcado atualmente pela precariedade, há setores sociais mais atingidos, como mulheres e jovens, e os países de industrialização mais tardia são um solo ainda mais fértil para a precarização das relações de trabalho” (BADARÓ, 2019, p. 82).

Essa é a chave para passar a um tema central para compreender boa parte da precarização do trabalho na geopolítica contemporânea: a questão dos migrantes. Se já são antigas as assimetrias nas relações de trabalho em termos geracionais ou de gênero, agora o mundo tem de haver-se com expressivos fluxos migratórios, que trazem para a cena as questões étnicas, implicando em um novo e complexo elemento no desenho da força de trabalho. Dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)

“os migrantes foram os responsáveis por 47% do crescimento da força de trabalho nos Estados Unidos e por 70% na Europa” (p. 82). As consequências mais imediatas desse processo social ultrapassam o desemprego, as formas de vínculo *part-time*, o emprego “flexível” destituídos de garantias sociais, e chegam mesmo a extremos como “formas modernas de escravidão” (p. 83). Mas o autor também desconstrói o mito dos imigrantes como um problema social. Em países com população nativa envelhecida e taxas de natalidade baixas, os fluxos imigratórios podem proporcionar um incremento da força de trabalho. O lado positivo das migrações estão para além dos dados econômicos. “Apesar de toda retórica política de direita, de que os migrantes roubam empregos e usufruem dos benefícios de um Estado de bem-estar social pago pelos contribuintes dos países mais ricos, o inverso é a verdade” (p. 83).

Para compreender a situação das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros o autor trabalha com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) fornecidos pelo IBGE e infere partir dos dados o impacto da inversão da população rural e urbana nos anos 1970 e o quanto isso implicou na aquisição ou perda de direitos sociais e trabalhistas. Também desses dados colige informações que permitem identificar a crescente informalidade nas relações de trabalho, mitigação de direitos dos trabalhadores, desemprego estrutural, terceirização e desvalorização dos salários. “Somando-se os ocupados informalizados aos desempregados, temos uma ideia do grau de precarização das relações de trabalho e fragmentação da classe trabalhadora em seu contingente urbano, majoritário” (BADARÓ, 2019, p. 86).

A partir desse quadro, Badaró volta a Marx e Engels e percebe que “muitas discussões parecem fazer tanto sentido hoje quanto na época em que ambos escreveram” (BADARÓ, 2019, p. 89). A razão disso é a “lei geral da acumulação”, cuja lógica oculta é que quanto mais acumula (o valor) tanto mais será o fator de multiplicação do proletariado, do pauperismo, da chamada “questão social”. Isso se verifica pela expansão industrial recente no sul Global que manteve em patamares estáveis o número de trabalhadores industriais em escala global. O autor reafirma a centralidade do trabalho mesmo em um mundo financeirizado quando afirma que “em todas as partes do mundo, o operariado fabril está longe de desaparecer e, além disso, continua em movimento” (p. 90). A despeito do refluxo das mobilizações da classe trabalhadora o seu peso político é indiscutível e ainda constitui o sujeito coletivo como se pode auferir das “greves fabris chinesas e a greve geral indiana de 2016” (p. 91).

A Terceira Parte, “O debate sobre a classe trabalhadora hoje”, é um diálogo crítico com proposições de autores do hemisfério Norte, em especial com

aquelas de cariz relativizador, e mesmo refratários à centralidade do trabalho na sociabilidade humana, à classe trabalhadora como sujeito histórico protagonista de uma revolução emancipadora. O autor começa situando os leitores em relação a esse cenário de “afirmação da morte iminente da sociedade do trabalho” (BADARÓ, 2019, p. 98). Direciona pontualmente sua crítica ao Grupo Krisis, e seu “Manifesto contra o trabalho” (1999) cujo autores mais exponenciais foram o sociólogo alemão Claus Offe e os já falecidos André Gorz, filósofo austríaco, e o filósofo alemão Robert Kurz. Seu Manifesto parodiava o Manifesto de Marx e Engels dizendo que “Um cadáver domina a sociedade – o cadáver do trabalho” (p. 98) e possuía uma visão extremamente positiva em relação às transformações tecnológicas então em curso. Esse suposto “determinismo tecnológico” que atribui à microeletrônica, às tecnologias da comunicação e à robótica “o papel de sujeitos de processos de mudanças históricas na sociedade capitalista e para além dela” (p. 98), configura, para Badaró, uma visão apologetica e incoerente de fim da centralidade do trabalho.

Após essa primeira crítica Badaró insere no debate o historiador canadense Moishe Postone, porém, credita ao autor a apreciação de que sua discussão sobre a crítica da economia política marxiana, “é mais sofisticada e complexa que o conjunto de proposições do *Manifesto contra o trabalho*, além de não se apresentar com ‘pós-marxista’, no sentido reivindicado por Kurz” (BADARÓ, 2019, p. 102). Na sequência passa a confrontar as posições de Kurz e Postone, suas aproximações e distanciamentos com relação à Teoria Social clássica de Marx e Engels. Badaró encerra essa riquíssima sequência analítica submetendo as teses de Kurz e Postone ao crivo de dois ícones do pensamento marxista. Embora todos eles sejam críticos à visão clássica de Marx e Engels, existem diferenças fundamentais entre eles, “tanto Trótski quanto Mészáros reconhecem [...] que o proletariado – a classe trabalhadora – apresenta um potencial: o de fazer pender na direção do socialismo a encruzilhada ‘socialismo ou barbárie’” (p. 109).

Badaró recorta, ao caso brasileiro, o debate sobre o mesmo tema, citando Ricardo Antunes, que insiste numa defesa da centralidade do trabalho e da classe trabalhadora, “não como defesa da permanência do trabalho estranhado numa sociedade para além do capital, mas como constatação de que, enquanto prevalecer o sociometabolismo do capital” (BADARÓ, 2019, p. 109) persistirá o trabalho e, dessa forma, “o papel fundamental da classe trabalhadora como sujeito histórico” (p. 110). Bensaïd faz eco às análises de Antunes. Mais que isso, o complementa, reafirmando que o capitalismo está bem longe de ter abolido o trabalho vivo, portanto “procede não simplesmente negando a crise do trabalho, mas qualificando-a como uma crise do

trabalho assalariado, do trabalho abstrato como medida geral de riqueza social” (p. 111). Essa Terceira Parte se encerra outra vez questionando quem são, a partir de mais essas análises, os novos sujeitos históricos. Elenca autores como Bryan Palmer, Callinicos, John Foster e Robert McChesney, David Harvey e, para compreender o Sul global, o brasileiro Ruy Braga na defesa do “protagonismo do precariado” (BADARÓ, 2019, p. 117), cuja categoria remete à parcela mais precarizada no interior da classe trabalhadora.

A derradeira Parte do livro se debruça sobre a atualidade e sobretudo “a atualidade analítica do conceito” (BADARÓ, 2019, p. 122) *classe trabalhadora* e se propõe a perceber sua capacidade explicativa à compreensão do atual momento e da história das sociedades capitalistas. Essa Quarta Parte, “O debate historiográfico recente sobre a classe trabalhadora”, é um contundente estado da arte sobre o tema, propondo uma observação de conjunto do conceito de classe trabalhadora, “dessa categoria analítica” (p. 122) entre os historiadores. Orbitam nesse debate Patrick Joyce e sua crítica à demasiada atenção à identidade de classe; Gareth Stedman Jones, e sua “ênfase no social para valorização da linguagem” (p. 123); Asa Briggs, que amplia esse debate defendendo que “a questão não é simplesmente discursiva, pois a relação entre palavras e movimentos constitui o centro da discussão” (p. 124). O ponto alto dessa historiografia marxista sobre a classe trabalhadora é o debate entre E.P.Thompson, para quem a gênese da formação de classe está no *cartismo* (1ª metade do XIX); e Eric Hobsbawm, para quem essa formação se consolida na virada do XIX para o XX. Por fim, Mike Savage, Andrew Miles, sintetizam todo esse debate, vendo-o não como um processo linear, mas propondo uma “perspectiva analítica sobre o passado que também pode reorientar o olhar sobre o presente da classe trabalhadora” (p. 127).

Neste século XXI, há uma abordagem de renovação da área de estudos em debate, condensadas em “dois aspectos fundamentais: o nacionalismo metodológico e o eurocentrismo” (BADARÓ, 2019, p. 128), pontualmente críticas a Thompson. Marcel van der Linden “advoga a necessidade de superar tais limites, por meio de uma história global do trabalho” (p. 128). Seu argumento está ancorado no clássico *A hidra de muitas cabeças*, de Peter Linebaugh e Marcus Rediker, para quem o foco da análise é “a heterogênea e multiétnica massa de trabalhadores” (p. 129). A crítica à suposta liberdade proporcionada pela sociedade capitalista vem pela pena de Ellen Wood. Para a historiadora estadunidense é a “coerção do Estado que garante a coerção do mercado, referindo-se ao arsenal jurídico empregado para legitimar a expropriação dos trabalhadores” (p. 133).

O texto caminha para o final com uma reflexão sobre a interconexão transnacional dos processos de lutas de classes na periferia do capitalismo. Essa preocupação, em realidade, não é tão nova quanto parece. Estava presente nas cartas de Marx à russa Vera Zasulich em seus anos finais de vida, como também n'*O Capital*, ao afirmar que não era possível emancipar o trabalho de pele branca em lugares onde o trabalho de pele negra era marcado a ferro. Para discutir as lutas revolucionárias em países de desenvolvimento econômico atrasado e proletariado pouco organizado, Badaró se remete a Trótski, com seu desenvolvimento desigual e combinado; a José Carlos Mariátegui, e sua especificidade latino-americana dos anos 1920; à Teoria da Dependência de Rui Mauro Marini na América Latina dos anos 1960. A categoria “subalternos” comparece à luz da análise do historiador indiano Ranajit Guha e Asok Sem nos anos 1980 e 1990. As *classes subalternas*, contudo, desde Gramsci possuem uma clara definição, a de que são “grupos sociais que, embora se subordinem ao capital, podem distinguir-se por formas distintas de consciência social, cuja tendência à unificação pode vir a manifestar-se em momentos específicos de agudização das lutas sociais” (BADARÓ, 2019, p. 143).

O texto de Marcelo Badaró configura-se, desde sua publicação uma referência lúcida e necessária a quem deseje estudar a categoria “classe trabalhadora”, definida não apenas “pela posição em relação aos meios de produção, pois também define a si mesma, na medida em que desenvolve uma consciência de classe e apresenta um potencial de atuação como sujeito da transformação social” (BADARÓ, 2019, p. 145). Do amplo arsenal categorial marxiano a *classe trabalhadora* parece ser de fato sua *ultima thule*, renovada a cada vez que se alargam as fronteiras do capital. Recomenda-se fortemente, assim, sua leitura. Tanto mais nesse momento “em que as máscaras democratizantes do Estado burguês parecem cada vez menos relevantes ante o crescimento das formas abertas de coerção que caracterizam a dominação de classes contemporânea (p. 148).

Referências Bibliográficas

- MATTOS, Marcelo Badaró. *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica de economia política, Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

Recebido:16/11/2019 – Aprovado: 09/12/2019

Editores Responsáveis
Júlio Pimentel Pinto e Flavio de Campos